

Dramáticas do uso de si na corporação policial: a voz feminina no preenchimento do vazio de normas

Dramatic of the self use in the police corporation: The female voice in filling the norms void

Dramático del uso del yo en la corporación policial: La voz femenina al llenar los vacíos de las normas

Briane Schmitt

 <https://orcid.org/0000-0001-6758-3309>

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Ernani Cesar de Freitas

 <https://orcid.org/0000-0002-8920-9446>

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Resumo

O ambiente laboral da corporação policial sempre foi, e continua sendo, uma esfera de ação predominantemente masculina, ainda que algumas brechas tenham sido abertas com certo esforço nas últimas décadas. São esses pequenos espaços ocupados por mulheres nosso objeto de interesse neste trabalho, especificamente o modo como elas, enquanto agentes do e no ambiente laboral, gerenciam certos vazios de normas que toda atividade de trabalho pressupõe. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar as dramáticas do uso de si na maneira como a mulher preenche o vazio de normas no ambiente laboral de uma corporação policial. Para isso, mobilizamos noções da Ergologia tais como capital pessoal, uso de si, corpo-si, dramática do uso de si, tarefa, atividade, normas e vazio de normas. Também acionamos a noção de discurso na perspectiva dialógica bakhtiana, uma vez que realizamos a análise de enunciados proferidos pela voz feminina sobre a atividade de trabalho. Esta pesquisa é exploratória, bibliográfica e de campo, sendo sua abordagem qualitativa. O corpus de pesquisa é composto por recortes da entrevista de uma policial atuante na corporação, valendo-se de marcas linguísticas que evidenciam o uso de si dessa profissional no preenchimento do vazio de normas durante sua atividade laboral. A constatação deste trabalho é de que a policial entrevistada, na ação de preencher o vazio de normas durante a atividade de trabalho, utiliza-se de seu capital pessoal na formulação e execução das adaptações necessárias na gestão e uso de si, sendo que esse capital pessoal pode encontrar relação direta com a questão do gênero feminino na representação social, mas tal relação não ocorre de forma obrigatória.

Palavras-chave: dramáticas do uso de si, voz feminina, corporação policial.

Abstract

The working environment of the police force has always been, and continues to be, a predominantly male sphere of action, although some gaps have been opened with some effort in recent decades. It is these small spaces occupied by women that are our object of interest in this work, specifically the way in which they, as agents of and in the work environment, manage certain gaps in norms that every work activity presupposes. Therefore, the objective of this article is to analyze the dramatic use of self in the way in which women fill the void of norms in the work environment of a police force. To this end, we mobilize Ergology notions such as personal capital, use of self, body-self, dramatic use of self, task, activity, norms and void of norms. We also use the notion of discourse in the Bakhtian dialogical perspective, as we analyze statements made by the female voice about the work activity. This research is exploratory, bibliographic and field, with a qualitative approach. The research corpus is made up of excerpts from the interview of a police officer working in the corporation, using linguistic marks that highlight this professional's use of herself in filling the void of norms during her work activity. The finding of this work is that the police officer interviewed, in the action of filling the void of

standards during work activity, uses her personal capital in the formulation and execution of the necessary adaptations in the management and use of herself, and this capital personnel can find a direct relationship with the issue of the female gender in social representation, but such a relationship does not occur necessarily.

Keywords: dramatic use of the self, female voice, police corporation.

Resumen

El entorno laboral del cuerpo policial siempre ha sido, y sigue siendo, un ámbito de actuación predominantemente masculino, aunque con cierto esfuerzo se han ido abriendo algunas brechas en las últimas décadas. Son estos pequeños espacios ocupados por las mujeres los que son nuestro objeto de interés en este trabajo, específicamente la forma en que ellas, como agentes de y en el entorno laboral, gestionan ciertos vacíos normativos que toda actividad laboral presupone. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es analizar el uso dramático de sí mismo en la forma en que las mujeres llenan el vacío de normas en el ambiente laboral de un cuerpo policial. Para ello, movilizamos nociones de Ergología como capital personal, uso de uno mismo, yo-cuerpo, uso dramático de uno mismo, tarea, actividad, normas y vacío de normas. También utilizamos la noción de discurso en la perspectiva dialógica bajtiana, al analizar las declaraciones hechas por la voz femenina sobre la actividad laboral. Esta investigación es exploratoria, bibliográfica y de campo, con un enfoque cualitativo. El corpus de la investigación está compuesto por extractos de la entrevista de un policía que trabaja en la corporación, utilizando marcas lingüísticas que resaltan el uso que esta profesional hace de sí misma para llenar el vacío de normas durante su actividad laboral. El hallazgo de este trabajo es que el policía entrevistado, en la acción de llenar el vacío de normas durante la actividad laboral, utiliza su capital personal en la formulación y ejecución de las adaptaciones necesarias en el manejo y uso de sí misma, y este capital personal. Se puede encontrar una relación directa con la cuestión del género femenino en la representación social, pero dicha relación no se da necesariamente.

Palabras clave: uso dramático de uno mismo, voz femenina, corporación policial.

Introdução

Desde que há organizações sociais ao redor do mundo, em quase todas as suas configurações, instaurou-se a necessidade de manter-se a ordem. Ora, se determinada ordem precisa ser mantida, e sendo humanos como somos com todas as nossas transgressões, é preciso, também, que haja aqueles que têm como função fazer a ordem e a lei serem cumpridas. A necessidade permanece em voga e, por conta disso, a existência das corporações policiais mantém-se como algo imprescindível na manutenção da ordem. Há, nessa esfera de atividade humana, diversas subdivisões especializadas em um determinado segmento social. Neste artigo, portanto, exploramos o universo da polícia militar, mais especificamente o âmbito de ação da polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

A polícia militar é a corporação responsável por manter a segurança e a ordem no âmbito das forças armadas, realizando policiamento ostensivo, preventivo e repressivo em termos de preservação da ordem pública. Tal corporação é umas das mais atuantes, uma vez que é acionada em diversas situações de desordem, não sendo incomum nos depararmos com seu efetivo nos mais diversos contextos situacionais. Nesse ínterim, um fato chama a atenção: a esfera policial, de modo geral, é predominantemente um ambiente masculino.

Uma pesquisa recente da UOL (2024) verificou que, na polícia militar, o número de homens é muito superior ao de mulheres: “Os dados do raio-x das forças armadas de segurança pública no Brasil mostram que existem 51.779 mulheres na corporação, o que representa 12,8%. Os homens são 353.092”. É justamente essa discrepância entre os gêneros que nos convida a formular uma hipótese: é provável que certos efeitos, das mais variadas naturezas, tenham se alastrado no ambiente laboral da polícia com a atuação do gênero feminino, considerando que seu efetivo ocorre em um número muito inferior ao gênero masculino. Portanto, o problema de pesquisa a que se quer responder é: de que maneira a mulher opera as dramáticas do uso de si no preenchimento do vazio de normas em uma corporação policial?

Assim, no desenvolvimento deste trabalho, traçamos como objetivo analisar as dramáticas do uso de si na maneira como a mulher preenche o vazio de normas no ambiente laboral de uma corporação policial. Para alcançarmos tal objetivo, buscamos embasamento teórico em pesquisadores como Schwartz (2010, 2011, 2014), Durrive (2010), Guérin (2001) e Trinquet (2010), que abordam conceitos como capital pessoal, uso de si, corpo-si, dramática do uso de si, tarefa, atividade, normas e vazio de normas. Também temos como referência os estudos dialógicos de Bakhtin (2006a, 2006b), Volochínov (2011) e Di Fanti (2012), que constrói uma relação entre ergologia e discurso, sendo-nos muito cara neste estudo. Trata-se, este trabalho, de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa, tendo como corpus de pesquisa recortes da entrevista com uma policial atuante na corporação, entrevista essa realizada pela pesquisadora.

Dessa maneira, este artigo está organizado de modo que na primeira seção apresentamos a fundamentação teórica citada anteriormente, esclarecendo os principais aspectos em relação às noções que serão mobilizadas; em um segundo momento, descrevemos de forma mais detalhada a metodologia de análise, explicando a maneira como o corpus de pesquisa foi selecionado e os critérios utilizados na triagem dos recortes desse corpus, além de explicitarmos a maneira pela qual os conceitos teóricos serão mobilizados no manuseio da materialidade em questão. Na seção seguinte, adentramos na análise em si, sempre ancorando as constatações na base teórica definida para este estudo, sendo que a última seção contempla, então, as considerações finais.

1 A norma e seus vazios: trabalho, dramáticas e corpo-si

O trabalho é parte inerente da ação humana no mundo. Mais que isso, o ato de existir no mundo pressupõe vários processos no âmbito de atividade laboral, sendo ela a responsável por muito da configuração da vida moderna. Nesta seção, vamos explorar alguns pontos em relação à atividade laboral na perspectiva da Ergologia, sendo que na primeira subseção descrevemos noções como trabalho, atividade, tarefa e normas, além de esclarecermos o modo como tomamos o discurso na análise aqui proposta. Já na segunda subseção, discorreremos sobre as noções teóricas de capital pessoal, corpo-si e dramáticas do uso de si.

1.1 Do trabalho enquanto atividade humana e discursiva

As naturezas do trabalho são de uma gama tão variada que talvez seja muito complexo definir todos os modos de atividade laboral existentes no mundo moderno. A extensão de tal labor seria incomensurável e, de qualquer maneira, não é essa a questão que aqui nos importa: independentemente da quantidade ou qualidade de atividades laborais que poderiam ser relacionadas, todas elas, a partir de uma perspectiva ergológica, compartilham de características em comum.

Em cada trabalho, considerando uma noção imparcial em relação ao grau de formalidade, sempre há uma prescrição, ou seja, sempre há normas pré-estabelecidas que devem ser seguidas pelo sujeito a fim de se cumprir uma prescrição. Essa é a definição de trabalho, e dessa definição surge a necessidade de compreendermos o sistema do par trabalho/atividade, uma vez que “a atividade de trabalho é uma estratégia de adaptação à situação real de trabalho, objeto da prescrição”. (GUÉRIN, 2001, p. 15). Assim, temos, em um primeiro momento, o prescrito, a norma, o que é estabelecido previamente; e, em momento posterior, a atividade em si, ou seja, tudo aquilo que precisou ser adaptado, melhorado, transformado para que o prescrito pudesse, ao final do processo, se tornar realidade. Em todo trabalho há uma ou mais lacunas em relação ao que está na norma e ao que ocorre de fato. Em outras palavras, no mundo real sempre há atividade de trabalho, e não o trabalho por si só.

Outra ideia que perpassa a existência de todo e qualquer trabalho é a de solidão, que nunca é real. Ainda que em inúmeras atividades de trabalho os processos sejam realizados por um único sujeito, o universo laboral sempre pressupõe a existência de outros indivíduos que participam ativamente dos acontecimentos. “De certo modo, jamais se trabalha

totalmente sozinho, mesmo quando se tem essa impressão, porque os outros estão lá através da preparação do trabalho, da prescrição, da avaliação”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 191-192).

Ao considerarmos essas noções relacionadas ao universo do trabalho, se faz necessário outro esclarecimento em relação a uma noção diretamente ligada ao par trabalho/atividade: a noção de tarefa. Tarefa, quando situada em um contexto de pesquisa ergológica, está associada à norma. De acordo com Guérin (2001), a tarefa é uma prescrição que é imposta ao operador da situação de trabalho. De fato, “a tarefa corresponde, em primeiro lugar, a um conjunto de objetivos dados aos operadores, e a um conjunto de prescrições definidas externamente para atingir esses objetivos particulares”. (GUÉRIN, 2001, p. 25).

Assim, é perceptível que tal noção mantém um afastamento no sentido de descrição em relação à noção de atividade. As duas sempre se encontram indiscutivelmente relacionadas e interligadas, mas é preciso que se diferenciem tais termos, principalmente em contexto de pesquisa ergológica. Desse modo, para que a diferenciação possa ser ilustrada de maneira ainda mais nítida, segue o Quadro 1, que compara/diferencia as noções de norma, tarefa e atividade.

Quadro 1: Diferenças entre norma, tarefa e atividade

NORMA	TAREFA	ATIVIDADE
Tudo o que é estabelecido previamente.	É a tentativa de execução da norma.	É a realidade da execução da tarefa.
Plano primordial.	Conjunto de objetivos a serem alcançados.	É uma adaptação à situação real de trabalho.
Prescrito.	O que, num mundo ideal, se faz para que a norma seja cumprida.	Tudo que é transformado/melhorado para que a tarefa seja executada.

Fonte: elaborada pela pesquisadora (2023)

É a partir dessas definições melhor estabelecidas que conseguimos pensar no universo da atividade laboral como uma realidade sempre em processo de construção: ainda que haja a norma e a tarefa, é a atividade de trabalho que de fato está em jogo em qualquer que seja o processo laboral, uma vez que o ambiente de trabalho, qualquer que seja, sempre

se define como uma arena em que todo e qualquer imprevisto pode ocorrer. De fato, “as normas não antecipam tudo. Então, trabalhar é arriscar, fazer ‘uso de si’”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 191).

Trabalhar é saber lidar com o vazio de normas e, mais importante que isso, ter a habilidade de suprir essa falta de modo que a norma seja cumprida, ainda que por caminhos alternativos. De fato, o lugar de trabalho, o ambiente laboral, é “[...] sempre mais ou menos infiel [...]. Ora, essa infidelidade deve ser gerida, e gerida não como uma execução, mas como um ‘uso de si’”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 190). Eis que temos, então, o sujeito do fazer laboral como peça principal no processo de adaptação na atividade de trabalho.

A ação desse sujeito também se dá enquanto uma atividade discursiva, não apenas no trabalho, mas sobre o trabalho. É nessa perspectiva de uma linguagem sobre o trabalho que buscamos alicerce para que seja possível realizar uma análise ergodiscursiva, ou seja, com seus alicerces dispostos numa perspectiva que procura unir os estudos ergológicos aos discursivos. Nesse sentido, consideramos que todos as esferas de atividade humana, de acordo com Bakhtin (2006a), encontram-se necessariamente ligadas ao uso da linguagem, e que esse uso se dá por meio de enunciados, sempre concretos e únicos. Na concepção Bakhtiniana, entende-se que “a cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica” (BAKHTIN, 2006b, p.132). Assim se constitui o conceito de dialogismo bakhtiniano que, por sua vez, encontra relação direta com a noção de polifonia, uma vez que o discurso é resultado de uma amálgama de diferentes vozes, sempre presentes na interação via linguagem.

Para Bakhtin, portanto, a linguagem é essencialmente intersubjetiva e dialógica, sendo, “a palavra [...], por excelência, um signo ideológico, que não só reflete, mas também refrata uma dada realidade” (BAKHTIN, 2006a, p. 54). Ora, se nessa concepção dialógica de linguagem temos que a palavra é capaz de refletir a realidade, então consideramos que podemos tomar o discurso sobre o trabalho como materialidade para analisarmos noções que são próprias da ergologia. De fato, segundo Volochínov (2011, p. 154), a palavra “surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo mais estreito”, o que significa que, nesse prisma, a palavra não pode ser desassociada da vida.

Assim, e como postula Di Fanti (2012), a relação entre dialogia e ergologia é muito produtiva quando se considera que ambas colocam a atividade humana como ponto principal

de reflexão. É nessa ótica que tomamos o discurso sobre o trabalho para fins de análise. No entanto, ainda é preciso explorar noções como capital pessoal e uso de si, o que realizamos a seguir.

1.2 O capital pessoal nas dramáticas do uso de si

Vimos que todo ambiente laboral apresenta como escopo de seu acontecimento três grandes esferas: a norma, a tarefa e a atividade de trabalho sendo, essa última, a quebra de paradigma que precisa existir: sempre há a prescrição, mas a prescrição não dá conta do vazio de normas que se apresenta em toda e qualquer atividade laboral, e por isso há que se ter a habilidade de gerenciar o não-prescrito para que a tarefa seja cumprida. “O normatizado, imposto pela organização, não é executado em sua plenitude, uma vez que o sujeito o executa respeitando sua singularidade e capacidade reflexiva”. (AUTOR, HAUBRICH, BOEIRA, 2014, p. 27). O questionamento que fica: quem gerencia o vazio de normas? Ora, o sujeito laboral. Apenas ele é capaz de analisar as nuances de possibilidades e agir de modo a preencher a falta ou falha no processo.

Em outras palavras, o trabalho é uma atividade essencialmente pessoal: “as condições de trabalho [...] são sempre as condições da atividade pessoal”. (GUÉRIN, 2001, p. 19). Todo e qualquer processo da atividade de trabalho está intrinsecamente conectado ao sujeito que realiza aqueles processos. De fato, e de acordo com Schwartz e Durrive (2010), o trabalho não deve ser compreendido como uma simples execução de determinados procedimentos, mas, antes disso, como um preenchimento do vazio de normas que se dá pelas mãos de um sujeito que faz uso de um capital pessoal.

Esse capital pessoal nada mais é do que uma espécie de coleção de experiências laborais, e também pessoais, que dão suporte ao sujeito no momento em que esse precisa suprir o vazio de normas no ambiente de trabalho. Esse saber recebe o nome de saber investido, e “[...] remete à especificidade da competência adquirida na experiência da gestão de toda a atividade de trabalho. E esta experiência é *investida* nesta situação única e histórica. Trata-se de um saber que está em *aderência* com a atividade” (TRINQUET, 2010, p. 101).

Dessa maneira, o sujeito laboral precisa ativar toda uma gama de conhecimentos prévios e noções subjetivas quando está gerenciando uma situação que não se apresenta na norma. Assim, “a atividade é, sempre, de imediato, debate de normas entre um ser vivo – um ‘corpo si’ – e um meio saturado de valores”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 203).

Há, nesse sentido, toda uma configuração de um ambiente laboral que está longe de ser simples e rasa: há um sujeito, repleto de subjetividades, lidando com inúmeros vazios de normas e precisando fazer uso de seu capital pessoal no gerenciamento de um ambiente/situação que já apresenta determinados modos de existir.

Assim, não se tem, de maneira alguma, uma situação definida, transparente e estática, mas, antes disso, uma realidade sempre a ser construída e sempre dependente do sujeito que mobiliza seu capital pessoal para gerir o vazio de normas no ambiente laboral. Nessa perspectiva, “o ‘corpo si’, árbitro no mais íntimo da atividade, não é um ‘sujeito’ delimitado, definido, mas uma identidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 196). De fato, não conseguimos estancar a realidade de existência desse sujeito em atividade laboral: trata-se de uma realidade fugidia, um modo de ser que depende inteiramente do que é exigido naquele momento em termos de gerenciamento de vazio de normas.

É necessário, portanto, “[...] compreender o corpo-si como um todo em confronto ‘ativo’ com um meio ecológico-social”. (SCHWARTZ, 2014, p. 265). Não se trata, de forma alguma, de uma situação pacífica ou passiva: há que se agir no ambiente laboral, caso contrário, não há, de modo algum, a existência de uma atividade de trabalho. Desse modo, e assim como Guérin (2001) propõe, essa característica pessoal do trabalho, que lhe é inerente, se manifesta justamente nas estratégias que o sujeito utiliza em seu fazer laboral. Em outras palavras, é sua atividade de trabalho que permite manifestar seu capital pessoal e agir de modo a preencher o vazio de normas, que sempre está presente.

Nesse sentido, falar em atividade trabalho sempre pressupõe falar, também, em uma dramática. Eis aqui a definição de todo esse processo complexo entre um sujeito e seu ambiente laboral. De fato, “cada pessoa vai tentar ‘lidar com’ as lacunas ou deficiências a seu modo, pois ela não pode fazê-lo de uma maneira padronizada. Ela o faz com sua própria história, seus próprios valores. [...]. O meio é, portanto, duplamente infiel”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 190). É essa inconstância na maneira com que o sujeito lida com o vazio de normas que podemos chamar de uma dramática do uso de si, ou seja, sempre há que se mobilizar diferentes faces de um mesmo sujeito no gerenciamento do vazio de normas: os vazios nunca são os mesmos, por isso seu gerenciamento pressupõe um adaptar-se constante do sujeito laboral. Eis, aqui, o que, para a ergologia, chama-se dramática do uso de si.

No ambiente de trabalho, os sujeitos enfrentam, cada um, suas próprias dramáticas do uso de si. Assim sendo, e pensando em um ambiente laboral com inúmeros sujeitos, existe

ali uma verdadeira arena de conflitos: cada sujeito faz uso do seu capital pessoal no gerenciamento do vazio de normas, mas, ao mesmo tempo, também gerencia conflitos e embates entre os diferentes capitais pessoais de outros sujeitos. Eis, aqui, uma realidade muito complexa e instável, já que se trata de um “uso de si por si, pois se autogere, faz escolhas diante das situações, mas também uso de si pelo outro, já que o faz em prol da organização que o escolheu para tal”. (AUTOR, HAUBRICH, BOEIRA, 2014, p. 27).

Desse modo, por mais formalizado e aparentemente controlado que um ambiente laboral possa ser, por debaixo dos processos visíveis há sempre, e a todo momento, uma verdadeira dramática ocorrendo: tentativas constantes de preenchimento de vazios e conflitos entre diferentes capitais pessoais, já que “os outros atravessam suas próprias dramáticas no trabalho, mas, ao mesmo tempo, você mesmo, você não é absolutamente intercambiável”. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 193).

Todo uso de si, portanto, é um uso de si tanto em relação ao ambiente laboral quanto em relação ao sujeito por si mesmo. Sim, porque se há uma dramática e um verdadeiro encontro de dramáticas, o sujeito laboral precisa lidar com as duas configurações: uma em relação à atividade de trabalho e outra em relação aos outros sujeitos em suas próprias tentativas de gerenciar a atividade de trabalho. Portanto, o ambiente laboral está longe de ser um ambiente fleumático. É nesse contexto um tanto caótico que os sujeitos precisam fazer micro-escolhas: é a partir delas que a atividade de trabalho toma forma e o vazio de normas é preenchido. Assim, “o *uso de si* é uma imposição contínua dessas micro-escolhas permanentes e disso surge a expressão do trabalho como *dramática* do uso de si” (SCHWARTZ, 2014, p. 261, grifo do autor).

Essa dramática é de nosso interesse nesse estudo, mais especificamente quando falamos em diferentes gêneros (homem/mulher) e seus (possíveis) conflitos no gerenciamento do vazio de normas. De fato, há diferenças de uso de si em relação aos sujeitos, uma vez que cada capital pessoal apresenta uma configuração que lhe é própria: “[...] diante de um vazio, o sujeito age com sua própria bagagem, utilizando seus valores, pois ele, trabalhador ou trabalhadora, é uma pessoa singular”. (SILVA, 2021, p. 58). Mas há também alguma diferença que se estabeleça em relação a esse lidar com o vazio de normas que passe por um crivo estritamente relacionado ao gênero feminino? Essa é a questão que este trabalho se propõe a analisar. Para isso, na próxima seção, apresentamos a metodologia de pesquisa aqui utilizada.

2 Do processo metodológico

Este trabalho tem como objetivo analisar as dramáticas do uso de si na maneira como a mulher preenche o vazio de normas no ambiente laboral de uma corporação policial. Para que isso fosse possível, selecionamos um corpus de pesquisa considerando os dois aspectos-chave neste trabalho: o ambiente laboral específico da polícia militar e um sujeito do sexo feminino atuante no referido ambiente de trabalho.

Dessa maneira, foi realizada uma entrevista com uma policial militar da brigada militar de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. A entrevistada é policial efetiva da corporação desde novembro de 2018, sendo que ainda faz parte do quadro efetivo de servidores. É importante salientar que a entrevistada não terá sua identidade revelada no curso desta análise. A entrevista deu-se de forma online, por meio do recurso Google Meet, no dia 18 de maio de 2023, tendo duração aproximada de 20 minutos. As perguntas foram previamente formuladas e as respostas a cada questionamento se deram de maneira natural, de forma que a entrevistada ficou livre para expressar sua experiência sem muita formalidade. Tais respostas foram gravadas em formato de áudio e posteriormente transcritas, para que o manuseio da materialidade do corpus fosse possível. É importante salientar que, já no momento da transcrição, alguns trechos foram selecionados em detrimento de outros, por se tratarem de enunciados que encontram proximidade e evidenciam as noções ergológicas aqui mobilizadas. Também é válido ressaltar que, para termos de esclarecimento, chamamos o “produto” da entrevista de relato.

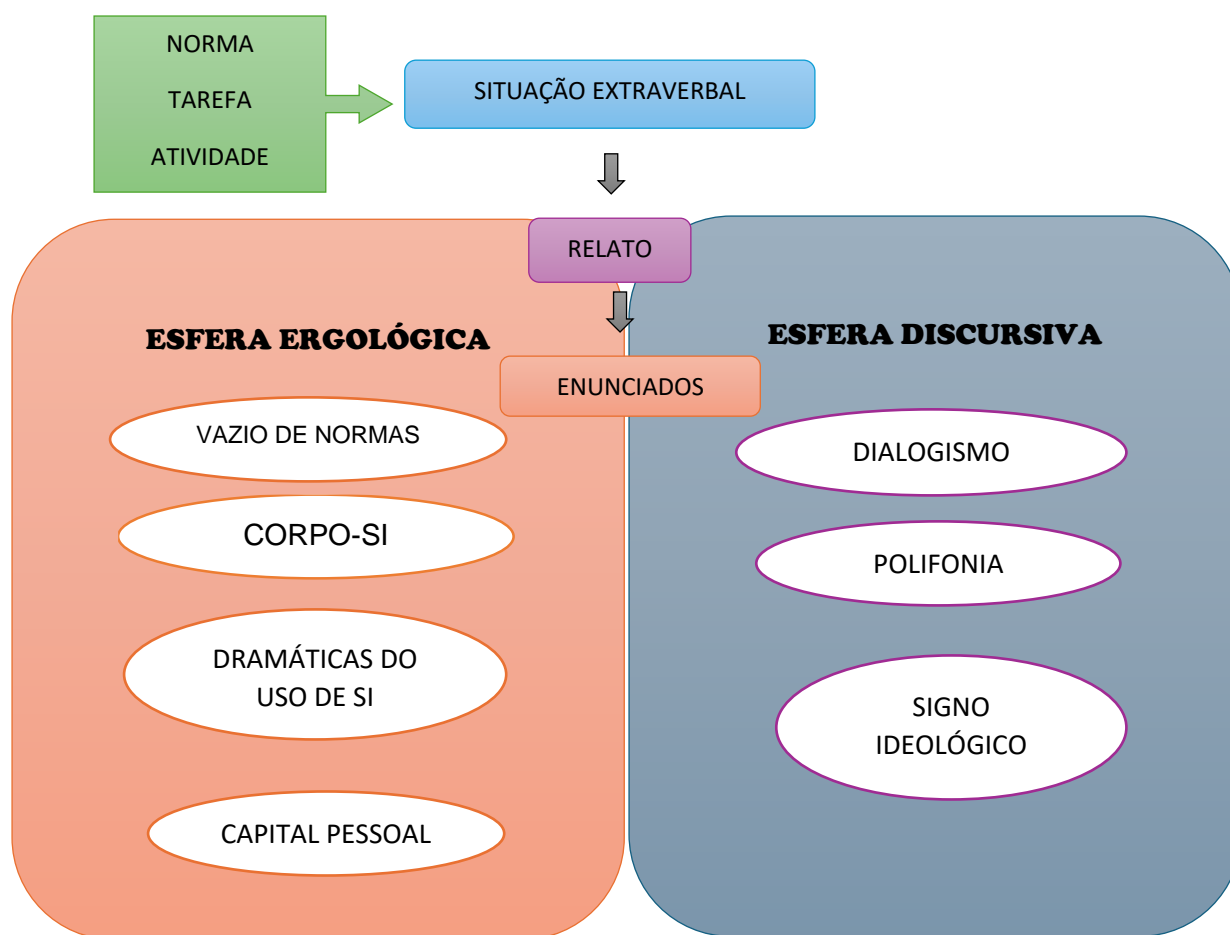
Esta pesquisa, portanto, é exploratória, bibliográfica e de campo, sendo sua abordagem qualitativa. As categorias teóricas que serão mobilizadas durante a análise do corpus são as já apresentadas na fundamentação teórica deste trabalho: noções como norma, tarefa, atividade de trabalho, corpo-si, dramática do uso de si, vazio de normas e capital pessoal serão utilizadas no manuseio do corpus, sendo todos esses conceitos ancorados nos estudos de Schwartz (2010, 2011, 2014), Durrive (2010), Guérin (2001) e Trinquet (2010). Além disso, tomamos como pressuposto a concepção dialógica da linguagem de Bakhtin (2006a, 2006b), a partir de autores como Volochínov (2011) e Di Fanti (2012),

Para a análise, portanto, estabelecemos um percurso metodológico ergodiscursivo, que considera tanto a esfera ergológica quanto a discursiva no trato dos enunciados destacados do corpus de pesquisa. Entendemos que, a partir de uma situação extraverbal (as experiências laborais da entrevistada enquanto agente da corporação policial) foi produzido

um relato e que, considerando principalmente a refração da palavra em relação à realidade, concepção essa defendida por Bakhtin e explicada nas seções teóricas deste artigo, tomamos tal relato como um conjunto de enunciados sobre a atividade de trabalho e, portanto, passível de análise. Dessa maneira, a partir dos enunciados tecemos considerações em torno das noções ergológicas de vazios de normas, corpo-si e dramáticas do uso de si, sempre tendo em vista a base discursiva aqui proposta, a partir de conceitos como dialogismo, polifonia e signo ideológico.

Segue, então, a Figura 1, que ilustra o percurso metodológico ergodiscursivo.

Figura 1: Percurso metodológico ergodiscursivo



Fonte: elaborada pela pesquisadora (2024)

Dessa maneira, na sequência abrimos a seção de análise já apresentando o corpus de pesquisa, de modo que as perguntas da entrevista e suas respostas, ou relato (que já se tratam de recortes), serão expressas em um quadro, para que possamos melhor visualizar o corpus

como um todo. No decorrer da análise, então, alguns enunciados do relato serão trazidos para o corpo do texto, a fim de que possamos tecer comentários e aplicar os conceitos que fundamentam a análise.

3 Vazio de normas preenchido: corporação policial e as dramáticas (femininas) do uso de si

A realidade da atividade de trabalho é caótica: no entremeio de vários protocolos, encontram-se e embatem-se vários usos de si na tentativa de suprir o vazio de normas que, sabemos, todo e qualquer trabalho pressupõe. Adentramos, agora, no universo da corporação policial, mais especificamente tomamos ciência da experiência laboral de uma mulher em seu exercício enquanto policial militar. A seguir, o corpus de análise deste artigo é apresentado em forma de quadro com os recortes que nos interessam, de modo que alguns enunciados específicos foram destacados de forma sublinhada. Durante a análise, serão esses enunciados as materialidades trazidas para o corpo do texto, no intuito de exemplificar a discussão que aqui se inicia.

Quadro 1: Entrevista com policial militar

ENTREVISTA
Pergunta 1: Como iniciou sua vida laboral na polícia? De onde surgiu esse desejo e quais processos você passou para efetivamente trabalhar na área?
Recorte 1: [...] Eu te digo que <u>são pessoas muito diferentes de mim. A gente tem que lidar com pessoas muito diferentes da gente, a gente tem que ter paciência, porque geralmente quando ligam, nunca é coisa boa, ninguém nunca vai receber a polícia bem, né, sempre é um problema.</u> Então eu acho que desse jeito, por esse lado, sabe, a gente tem essa parte de pressão psicológica muito treinada.
Pergunta 2: Existe diferença na avaliação física de mulher para homem para entrar na corporação?
Recorte 2: Sim, tem, quando eu entrei a mulher fazia flexão e o homem barra, agora a mulher tem que ficar suspensa na barra com a mão assim (gesto), ao invés de assim (gesto), acho que são 30 segundos, 20 segundos, <u>acho que é uma maneira de dar uma dificultada, sabe, na entrada de mulheres, porque é muito difícil ficar suspensa assim por, tipo, 10 segundos.</u>
Pergunta 3: Existe uma ideia preconcebida (estereótipo) de que o ambiente policial é predominantemente masculino. A partir da sua experiência de dentro da instituição, qual a sua opinião em relação a essa ideia?
Recorte 3: <u>A mulher geralmente é menos... é menos respeitada que o cara, sabe, tipo, a mulher dá voz de comando e o cara ignora. E daí vai o colega que é masculino e fala “respeita ela, não sei o quê”.</u> Então desde dentro da corporação até em atendimento, assim, tem essa diferença. <u>Em função também de ter menos mulher, tem essa diferença.</u>
Pergunta 4: Sabemos que a instituição policial segue uma série de protocolos e relação às atividades realizadas. Você percebeu, a partir de sua experiência, alguma diferença protocolar em relação ao gênero (homem/mulher)? Se existe diferença, esses protocolos são registrados ou ocorrem de maneira “informal” durante a realização das atividades? Dê exemplos de atividades.
Recorte 4: <u>Não, na verdade, além dos protocolos gerais né, é de acordo com a guarnição.</u> Tipo, ah, tem eu e mais dois trabalhando hoje na viatura, bom, <u>a mulher tem uma voz mais firme que a do homem, porque acontece, às vezes, de o homem ter uma voz meio fraca... ã, a mulher dá voz de abordagem, o cara, sei lá, é</u>

mais forte, então em um imprevisto ele vai pra cima, mas isso é acordado entre as pessoas que estão ali em serviço. Mas no geral, assim, a questão de segurança e de treinamento é bem igual.

Pergunta 5: Durante a atividade laboral, você notou alguma diferença relacionada a gênero quando da resolução de problemas?

Recorte 5: Porque assim, olha, no interior é muito difícil força bruta, assim, sabe, é mais a conversa, de repente a mulher sabe conversar muito melhor que o homem, sabe? Não vai precisar chegar no ponto de usar a força, porque eles mesmos falam que, tipo, o nosso forte é a voz, a gente chega, tenta conversar, não funcionou? Altera o tom de voz, sabe, daí pega um pouco mais pesado, e tudo depende da ocorrência. [...] É acordado entre as dificuldades e virtudes de cada um. Todo mundo, quase, tem advogado, porque quando entra nessa questão de tipo, saiu um pouco do que a gente tem noção, será que a gente tá amparado, não tá... [...] a gente não tem preparação pra tudo porque não tem como tu prever todas as hipóteses que vão acontecer, sabe? Na verdade, arma é a última opção, e contato físico nunca é incentivado. E vai muito do temperamento, sabe, de quem tu tá trabalhando. Eu, por exemplo, quando tô trabalhando com a Carol, que é minha amiga, eu sei até onde a gente pode ir por questão física, sabe, mesmo que a gente tenha spray de pimenta, arma de choque, a gente sabe que se nada disso resolver, o físico nosso não ajuda muita coisa, sabe. Agora, se eu to com um masculino, que é o dobro do meu tamanho, que tem a voz mais firme, daí eu sei que a gente pode ir um pouco mais, sabe. Mas eu acho que dentro da corporação não tem muito essa diferenciação, sabe. O indicado é sempre trabalhar um masculino e uma feminina porque ah, precisa abordar e revistar, a mulher revista mulher, e o homem revista homem.

Fonte: produzido pela pesquisadora (2023)

Com o corpus de pesquisa já apresentado, iniciamos agora a análise de alguns trechos que nos chamam a atenção considerando o objetivo proposto neste trabalho. Logo na resposta da primeira pergunta, que em termos gerais versa sobre como a entrevistada havia adentrado à carreira militar, temos indícios de como a questão do capital pessoal é evidente no ambiente laboral da polícia militar, especialmente quando a entrevistada diz que “são pessoas muito diferentes de mim. A gente tem que lidar com pessoas muito diferentes da gente”.

É interessante notar as escolhas lexicais realizadas pela entrevistada, como, por exemplo, ao se utilizar do termo “a gente”, em lugar do pronome pessoal “eu”. Essa escolha nos permite pensar certos aspectos que muito conversam tanto com a questão discursiva quanto ergológica. Ao fazer uso da expressão “a gente”, a entrevistada já se coloca como pertencente a uma esfera específica, nesse caso, os policiais militares, e esse colocar-se em um lugar determinado empresta sentidos que são confirmados no decorrer do enunciado como, por exemplo, o uso dos termos “lidar” e “diferente”. É possível notar que o discurso, em si, já denota efeitos de sentido que vem ao encontro de noções ergológicas como vazio de normas. Ora, lidar com pessoas diferentes (no modo de ser, de pensar ou de agir) se configura propriamente como um vazio de normas que precisa ser preenchido a partir de um uso de si.

O discurso, aqui, parece refletir um acontecimento que é próprio da atividade laboral. De fato, Di Fanti (2014, p. 256) afirma que “não há coincidência entre sentido e estrutura

puramente verbal, já que a constituição dos sentidos pressupõe um jogo entre o dito e o não dito, entre a palavra e a situação extraverbal, entre valorações sociais”. Ainda em relação ao Recorte 1, na perspectiva ergológica, vemos estabelecida a ideia de que nunca se trabalha sozinho: há sempre outros sujeitos, com outros capitais pessoais, envolvidos na atividade de trabalho, ainda que possam não estar presentes de forma física.

No ambiente policial, o encontro entre diferentes capitais pessoais é mais direto e também se expressa de maneira física, no mundo empírico. Esse mesmo ambiente é, ademais, considerado caótico, de certo modo, dada à imprevisibilidade das situações que ocorrem. Além disso, há que se comentar sobre a natureza do trabalho policial, que nunca é pacífico, mas sempre pressupõe certo confronto entre pessoas, ou seja, entre capitais pessoais. Isso fica evidente na resposta da entrevistada quando essa afirma que “quando ligam, nunca é coisa boa, ninguém nunca vai receber a polícia bem, né, sempre é um problema”. A palavra “problema”, aqui, parece vir de encontro a essa problemática ergológica do vazio de normas.

A iminência do confronto, portanto, pode ser considerada uma característica importante do ambiente laboral policial. Assim sendo, a figura feminina enquanto prestadora de serviço para a corporação também estará sujeita a essa configuração laboral, e é nesse ambiente que se dará suas ações quando do preenchimento do vazio de normas já que, de acordo com Guérin (2001), é no ambiente laboral, quando o sujeito executa sua atividade de trabalho, que ele tem a chance de manifestar seu capital pessoal de modo a suprir as necessidades que o vazio de normas gera. Há, pois, sempre um “[...] vínculo constante do uso de si pelos outros e o uso de si por si, [...] porque há sempre questões para resolver, vida para viver, e essa postura é a do corpo-si naquele ambiente, estabelecendo suas normas ancoradas em sua cadeia de valores”. (SILVA, 2021, p. 61)

Em relação à pergunta 2, mais especificamente sobre o teste físico necessário para ser admitida na corporação, a entrevistada afirmou que “acho que é uma maneira de dar uma dificultada, sabe, na entrada de mulheres, porque é muito difícil ficar suspensa assim por, tipo, 10 segundos”, quando relatando sobre a recente mudança na prova de barra, em que a mulher precisa segurar-se de uma forma diferente em relação ao que costumava ser realizado.

Há, portanto, diferenças nos testes de aptidão física, o que é esperado, já que o corpo biológico do homem é diferente do da mulher. É válido lembrar que esse corpo biológico qual falamos não pode ser confundido sob nenhum aspecto com a noção ergológica de corpo-

si, uma vez que “essa entidade que passamos a chamar de ‘corpo-si’ transgride todas as fronteiras entre o biológico e o histórico”. (SCHWARTZ, 2014, p. 264). Sim, o corpo-si vai muito além do corpo biológico, embora a questão biológica, nesta pesquisa, seja de extrema importância, uma vez que falamos especificamente do gênero feminino na corporação policial. De fato, a aptidão física da mulher também entra em jogo quando nos referimos ao preenchimento do vazio de normas, como veremos mais à frente. De qualquer maneira, é preciso ter em mente que o corpo-si não se limita ao corpo físico que circula no mundo empírico: como afirma Schwartz e Durrive (2010), o corpo-si é, na verdade, uma transgressão do corpo biológico e histórico. Trata-se de um corpo em constante e direto confronto com o ambiente no qual se encontra.

A pergunta 3 é relacionada ao fato de o ambiente policial ser um lugar predominantemente masculino e, em relação a isso, a entrevistada responde que “A mulher geralmente é menos... é menos respeitada que o cara, sabe, tipo, a mulher dá voz de comando e o cara ignora. E daí vai o colega que é masculino e fala “respeita ela, não sei o quê”. Aqui temos a descrição de uma situação em que há um confronto dos policiais com determinados sujeitos, situação na qual é preciso utilizar do que os policiais costumam chamar de voz de comando, que nada mais é do que a tentativa de estabelecer a ordem através da voz, da conversa, do discurso.

Nessa situação relatada, há uma exemplificação de que, muitas vezes, a mulher enquanto policial não tem seus comandos atendidos. A questão de diferença de gênero fica bastante clara quando a entrevistada comenta que, em situações como essa, o policial homem que acompanha a abordagem precisa, muitas vezes, intervir, pedindo que o sujeito abordado passe a respeitar a mulher policial. Esse é um exemplo de um preenchimento do vazio de normas: a tarefa, o prescrito seria a mulher usar a voz de comando e ter sucesso em sua ação. Porém, o vazio de normas é preenchido, nesse caso, pelo homem, que precisa utilizar a imagem de seu corpo biológico para impor respeito.

A imagem do corpo biológico masculino é atravessada por vários discursos que condizem com o contexto histórico-social em que está inserido e que o legitimam enquanto parte integrante da comunidade policial. Podemos, então, entender que o enunciado da voz de comando proferido pela figura masculina, em contraste à figura feminina, “[...] constitui-se como uma resposta a uma realidade concreta, ou seja, o enunciado se materializa heterogeneamente quando um indivíduo, de um dado contexto cultural, toma uma atitude responsiva, posição ideológica corporificada por acento valorativo” (Di Fanti, 2012, p. 313).

A disparidade de gêneros é, também, percebida em outro trecho da resposta da entrevistada, quando essa diz que “em função também de ter menos mulher, tem essa diferença”, evidenciando a diferença em número entre homens e mulheres dentro da corporação policial, sendo que isso gera vazios de normas como esse que acabou de ser ilustrado. Em relação à situação demonstrada, é importante entendermos que “[...] esse ‘corpo-si’, que negocia, incorpora pontos de referência, valores, é sempre um corpo próprio. Apreendido no eixo de uma biografia singular”. (SCHWARTZ, 2014, p. 266). Ora, não é novidade alguma que há diferenças físicas entre corpo de mulher e homem, mas falamos aqui em corpo-si, um elemento de transgressão, que diz respeito à bagagem de experiências adquiridas no curso de uma vida laboral para lidar com o vazio de normas. Essas diferenças se encontram nesses momentos de embates do meio laboral, e é nessa dinâmica que conseguimos perceber as singularidades de cada corpo-si, de cada capital pessoal.

Eis que entramos em um momento da análise de achados importantes. Em relação à pergunta 4, sobre possíveis diferenças protocolares entre homens e mulheres, a entrevistada afirma que: “Não, na verdade, além dos protocolos gerais né, é de acordo com a guarnição.”. Além disso, a entrevistada diz que “a mulher tem uma voz mais firme que a do homem, porque acontece, às vezes, de o homem ter uma voz meio fraca... ã, a mulher dá voz de abordagem, o cara, sei lá, é mais forte, então em um imprevisto ele vai pra cima, mas isso é acordado entre as pessoas que estão ali em serviço.”.

Nessa resposta, fica claro que sim, há um protocolo a ser seguido, mas que vários vazios de normas são preenchidos, sendo que esse gerenciamento se dá de acordo com o grupo em que se trabalha, ou seja, a guarnição. Eis que a entrevistada apresenta um preenchimento de vazio de normas um tanto diferente, quando diz que acontece de a mulher, muitas vezes, ter sim a voz mais firme que a do homem, e que, portanto, nesses casos, a mulher fica responsável pelos comandos verbais, enquanto o homem pode ter de utilizar sua força física, caso isso torne-se necessário. Ao que tudo indica, e justamente por conta da natureza imprevisível do fazer laboral da polícia, o preenchimento do vazio de normas é sempre necessário, uma vez que o protocolo não é capaz de prever as diversas situações que podem ocorrer.

Schwartz (2014, p. 262) apresenta justamente uma confirmação de situações como essa quando afirma que “atender uma fila de clientes supõe por exemplo [...] captar todo tipo de indicações, [...] acompanhar em tempo real um ‘clima’ humano microsocial, mobilizando permanentemente os cinco sentidos”. Na corporação policial, e considerando

as ações sempre imprevisíveis com as quais os policiais (homens e mulheres) se deparam, há sempre que se ter uma percepção apurada da situação problema que se enfrenta, e há, também, que se fazer os ajustes necessários de acordo com aquele ambiente e situação específicos. Tais ajustes, porém, podem fugir um pouco do esperado em termos de diferença de gênero, e nesse caso, em específico, fica claro que o preenchimento é realizado entre os sujeitos laborais que precisam, muitas vezes, desconsiderar o que é protocolar.

Aqui pode-se dizer que há um exemplo do que Jacques Leplat, citado por Schwartz (2014, p. 262) vai chamar de competências incorporadas: “há, sem dúvida, a presença do corpo que sente e vigia, que adere a, e seleciona parâmetros variáveis da situação”. De fato, e em relação à situação relatada pela entrevistada, há nesse clima humano microsocial a execução de uma competência incorporada: compreender quem fala melhor, quem tem uma voz de comando mais firme, e quem tem mais força física para um possível confronto corpo a corpo (aqui falamos em corpo empírico), todas essas questões não são protocolares, mas fazem parte de um conhecimento que foi adquirido no seio do fazer laboral, nesse caso, policial.

Já em relação à última pergunta da entrevista, que versa diretamente sobre possíveis diferenças no preenchimento do vazio de normas em relação à disparidade de gêneros, a entrevistada respondeu que “de repente a mulher sabe conversar muito melhor que o homem” além de relatar que “É acordado entre as dificuldades e virtudes de cada um. Todo mundo, quase, tem advogado, porque quando entra nessa questão de tipo, saiu um pouco do que a gente tem noção, será que a gente tá amparado, não tá... [...] a gente não tem preparação pra tudo porque não tem como tu prever todas as hipóteses que vão acontecer, sabe?”.

Essa última questão relatada chama bastante atenção: o fato de muitos policiais precisarem de um amparo jurídico, no caso, um advogado, para eventuais situações em que o vazio de normas é tão expressivo e as situações tão caóticas, de certa forma, que se torna fundamental garantir que tudo esteja de acordo com a lei e os direitos pré-estabelecidos de cada um. Em um ambiente como o da polícia, em que os acontecimentos são fortuitos, é preciso que o sujeito faça um uso de si a partir de seus conhecimentos incorporados quase que a todo momento.

Esse quase ininterrupto adaptar-se à situação, de acordo com a entrevistada, depende muito mais da relação entre as pessoas que estão trabalhando diretamente juntas do que de uma questão relacionada ao gênero, embora a diferença homem/mulher também faça parte da configuração dos preenchimentos de vazios de normas. A entrevistada, portanto, afirma,

em relação às adaptações necessárias, que “vai muito do temperamento, sabe, de quem tu tá trabalhando”, sendo que ela exemplifica através de relatos como “eu sei até onde a gente pode ir por questão física”, e “se eu tô com um masculino, que é o dobro do meu tamanho, que tem a voz mais firme, daí eu sei que a gente pode ir um pouco mais, sabe.”. Nesse contexto, a entrevistada ainda diz que “o indicado é sempre trabalhar um masculino e uma feminina porque ah, precisa abordar e revistar, a mulher revista mulher, e o homem revista homem.”.

Eis que vislumbramos, a partir desses últimos relatos, o que podemos classificar como renormalização, ou seja, uma espécie de retorno à norma, agora com adaptações que só existem porque a atividade de trabalho, o real executar da tarefa, permitiu ver as imperfeições e um certo padrão em determinados vazios de normas que eram recorrentes. De fato, e assim como esclareceu Schwartz (2014, p. 268), “Luis Durrive [...] recorda: ‘porque a norma tem duas fontes: os saberes e os valores’. Não há renormalização sem que ‘aquilo que sei de modo geral sobre a situação a gerir [...] venha encaixar-se com aquilo que sei especificamente acerca dessa situação’”. Ora, toda experiência gera conhecimentos que devem, ou deveriam ser utilizados como forma de aprimoramento em qualquer que seja a prática, mais especialmente quando falamos no fazer laboral.

De fato, não exclusivamente nos agentes policiais em ação, mas em todos os sujeitos envolvidos em uma ação/abordagem policial, temos aí um encontro massivo de dramáticas do uso de si: policiais, sujeitos abordados, sujeitos participantes da ação (familiares, passantes) e outros sujeitos que implicitamente exercem certa significância no acontecimento em questão. Há toda uma experiência, repleta de vazios de normas, e o conhecimento incorporado parece exercer papel central nessa dinâmica. Em relação a essa configuração, é preciso lembrar que “a aprendizagem sempre ocorre no curso de uma atividade produtiva”. (SCHWARTZ, 2014, p. 269).

A atividade produtiva a que fazemos referência aqui é o ambiente laboral policial, uma arena de encontros de dramáticas de uso de si: a questão de gênero, ponto principal neste trabalho, de fato é considerada nas diversas adaptações necessárias no preenchimento do vazio de normas, mas não parece ser o fator central no gerenciamento das situações problema. Há que se considerar que o capital pessoal de cada indivíduo atuante no ambiente laboral é o que realmente modifica o modo com as falhas serão gerenciadas.

O corpo-si, portanto, é parte integrante do corpo biológico, porém não é o gênero, por si só, o fator essencial no gerenciamento dos vazios, mas, sim, o capital pessoal de cada

indivíduo participante do acontecimento laboral em si. A singularidade de cada sujeito, para além de fatores biológicos, parece ser a questão chave na análise que nos propomos a fazer. Por isso, também, que Schwartz (2011, p. 132) vem ao encontro do que aqui constatamos quando afirma que “Somos todos, como seres humanos, atormentados por debates internos, ‘debates de normas’ mais ou menos visíveis aos outros e a nós mesmos, mais ou menos invisíveis também”. É preciso considerar o imprevisível das relações humanas que ocorrem no ambiente de trabalho, além da imprevisibilidade no fazer laboral de cada um.

Considerações finais

Este trabalho tem como tema o gênero feminino enquanto atuante no ambiente da corporação policial, mais especificamente se tratando da polícia militar e de como as mulheres policiais, enquanto agentes do e no ambiente laboral, gerenciam certos vazios de normas que toda atividade de trabalho pressupõe. Nosso problema de pesquisa se define a partir da pergunta: de que maneira a mulher opera as dramáticas do uso de si no preenchimento do vazio de normas em uma corporação policial?

A partir desse questionamento traçou-se uma metodologia ergodiscursiva, que relacionava o objetivo da pesquisa, ou seja, analisar as dramáticas do uso de si na maneira como a mulher preenche o vazio de normas no ambiente laboral de uma corporação policial, e algumas noções desenvolvidas nos estudos ergológicos como, por exemplo, capital pessoal, uso de si, corpo-si, dramática do uso de si, tarefa, atividade, normas e vazio de normas, sendo todas essas noções teóricas trabalhadas com base nos estudos de Schwartz (2010, 2011, 2014), Durrive (2010), Guérin (2001) e Trinquet (2010). Também temos como referência os estudos dialógicos de Bakhtin (2006a, 2006b), Volochínov (2011) e Di Fanti (2012), que serviram como base para que pudéssemos tomar os enunciados como material de análise.

Com base no relato da policial militar, foi possível perceber que, de fato, a mulher ainda é minoria enquanto colaboradora do meio policial, ocupando determinados lugares dentro da corporação policial que parecem relacionar-se especificamente com o gênero feminino, mas que também têm laços com o capital pessoal dessa mulher, cuja configuração nem sempre está relacionada ao seu gênero específico.

Todo ambiente laboral é sempre um universo repleto de imprevistos e vazios de normas, mas a corporação policial parece se destacar nesse quesito: a cada ação, uma nova

realidade é construída, a partir do confronto de dramáticas do uso de si, sendo que essa nova realidade precisa ser gerida pelos agentes atuantes em tal meio laboral, dentre eles, as mulheres policiais. Um achado interessante resultante da análise é que o vazio de normas, nesse caso específico, é preenchido a partir do que podemos chamar de um “combinado” entre a guarnição, ou seja, o grupo de policiais que trabalham juntos em determinada ação, sendo que as adaptações necessárias para o preenchimento do vazio de normas se dão a partir, justamente, do capital pessoal de cada agente.

Alguns aspectos desse capital pessoal parecem estar diretamente relacionados ao gênero masculino ou feminino, como tom de voz e força física. Porém, segundo o relato da entrevistada, algumas vezes ocorre de ser justamente a mulher a responsável pelo comando de voz em determinada ação, já que esse indivíduo específico é o que detém um tom de voz que pode ser classificado como mais autoritário e firme. Esse aspecto não é algo que se consideraria em um primeiro momento, porque a voz firme e de autoridade geralmente costuma ser associada à figura masculina.

Assim, considerando a situação específica evidenciada pelo corpus de análise, a mulher, enquanto atuante no ambiente laboral da polícia militar, preenche o vazio de normas na atividade de trabalho a partir de seu capital pessoal e do capital pessoal de sua guarnição. Tal capital pessoal pode encontrar relação direta com a questão do gênero, mas isso não é necessariamente uma regra. Este estudo, portanto, contribui de forma direta na compreensão dos processos sociais que envolvem as diferenças (e também semelhanças) entre os gêneros masculino e feminino. Sobre esse tema há muito senso comum e certas afirmações são feitas com base exclusivamente numa espécie de pré-conceito que, de tanto que foi reproduzido, passou a ser compartilhado como um saber comum em sociedade.

A ciência está aí para isto: desmistificar certas noções que, muitas vezes, encontram-se fortemente arraigadas no seio de conhecimentos e saberes compartilhados em uma sociedade. Essas questões que envolvem as diferentes formas de se movimentar no mundo em relação ao seu gênero são de extrema importância para a sociedade atual, que passou a considerar essencial que cada indivíduo encontre seu lugar no mundo, se expressando a partir de seu gênero e entendendo-se como indivíduo, mas também enquanto parte de um grupo, ou grupos.

Este trabalho, no entanto, propôs um recorte de corpus pequeno se comparado com a variedade de materialidades que podem ser analisadas considerando estudos que incorporem as questões de gênero. Um corpus maior e mais variado, porém, também

pressupõe uma pesquisa mais ampla, o que não é possível realizar em moldes de um artigo científico como este. Fica, então, a sugestão de uma continuidade do estudo que possa, talvez, ter como corpus várias entrevistas, tanto com mulheres quanto com homens, agentes de uma ou mais corporações policiais, sendo que esses recortes possam ser comparados e analisados mais detalhadamente.

Em suma, mulher ou homem, dentro ou fora de uma corporação policial, executando ou não uma atividade de trabalho, somos todos, constantemente, indivíduos vivendo, cada um, sua própria dramática do uso de si na relação de sujeito com o mundo externo e com o mundo interno que, diga-se de passagem, pode ser muito mais complexo que o universo empírico grandioso que habitamos e modificamos a todo momento.

Referências

AUTOR.; HAUBRICH, G. F.; BOEIRA, L. Semântica global e ergologia: interfaces na investigação da atividade laboral. *Prâksis*, Novo Hamburgo. 2014. p. 25-34.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006b.

DI FANTI, M. G. C. Linguagem e trabalho: diálogo entre a translinguística e a ergologia. *Desenredo* (PPGL/UPF), Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 309-329, jan./jun. 2012.

DI FANTI, M.G. Apresentação: linguagem e trabalho: diálogos entre estudos discursivos e ergológicos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 253-258, 2014.

GUÉRIN, François. Trabalho, tarefa, atividade. In: GUÉRIN, F. *Compreender o trabalho para transformá-lo*: a prática da ergonomia. São Paulo: Blucher: Fundação Vanzolini, 2001. p. 7-46.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs.). Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e Ergologia*: conversas sobre a atividade humana. Niterói, RJ, Editora da UFF: 2010. p. 187-204.

SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um engajamento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Orgs.). *Clínicas do trabalho*: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. p. 132-166.

SCHWARTZ, Yves. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras De Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set. 2014

SILVA, Neusa M. *A experiência e a divisão sexual do trabalho na atividade em uma olaria de tijolos artesanais na cidade de Betim*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2021.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas. v. 1, n. especial, p. 93-113, ago. 2010.

UOL. *Mulheres são só 16,4% das forças de segurança estaduais no país, diz Fórum*. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/28/estudo-forum-mulheres-representatividade-forcas-de-seguranca.htm#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20mulheres%20na,Os%20homens%20s%C3%A3o%20353.092>. Acesso em: mar. 2024.

VOLOCHÍNOV, Valentin. A palavra na vida e na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica (1926). In: BAKHTIN, Mikhail. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

Submetido em: 06 de janeiro de 2024

Aceito em: 27 de maio de 2024